

Notas sobre a verdade em Peirce¹

Marina Aparecida Sad Albuquerque de CARVALHO²

Francisco José Paoliello PIMENTA³

Soraya Maria Ferreira VIEIRA⁴

Universidade de Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG

RESUMO

O objetivo do artigo é propor um caminho de compreensão em relação à noção de verdade em Peirce de forma a ampliar a compreensão sobre os processos de desinformação a partir da razoabilidade do universo e propor caminhos para revertê-los por meio da busca pela verdade. Diante disso, retomamos a ideia de mudança de hábito como a busca pela verdade baseada na realidade que se força sobre nós, por meio do desenvolvimento de interpretantes lógicos no método científico. Para tanto, fazemos uma revisão do que comentadores como Pimenta (2016), Santaella (2016), Nöth (2016), Bergman (2016), Houser (2016), Ibri (1999), Liszka (2019), Meyers (2005) e Thayer (1981) falam sobre a mudança de hábito e sobre a verdade em Peirce.

PALAVRAS-CHAVE: pragmaticismo; realidade; verdade; mudança de hábito; método científico.

Introdução

O lógico Charles Sanders Peirce defendeu diferentes versões do real ao longo de sua vida, e a noção de real sempre esteve envolvida com a sua ideia de verdade (MICHAEL, 1988; MEYERS, 2005). Como o lógico vai modificando seus pensamentos, suas opiniões sobre a realidade e a verdade também vão se alterando. Tais mudanças causam muita polêmica entre seus comentadores que não chegam a um consenso sobre o tema. Dessa forma, o objetivo desse artigo é propor um caminho de compreensão sobre a noção de verdade em Peirce. Ao promover essa discussão, procuramos entender mais profundamente os processos de desinformação a partir da razoabilidade do universo e não por meio de uma lógica antropocêntrica, ao mesmo tempo em que propomos caminhos para reverter esses processos na busca pela verdade. Tal compreensão é primordial para

¹ Trabalho apresentado no GP Semiótica da Comunicação, XXIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda em Comunicação pelo PPGCOM/UFJF, email: marina_sad@hotmail.com.

³ Doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP, email: fpaoliello@gmail.com.

⁴ Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP; professora permanente do PPGCOM/UFJF, e-mail: sovferreira@gmail.com.

nossa pesquisa que pretende descobrir em que medida o confronto entre a circulação de desinformação durante a pandemia de COVID-19 e os procedimentos de verificação podem conduzir a mudanças nos processos interpretativos de jornalistas checadores de fatos, ampliando suas capacidades críticas. Diante disso, pretendemos retomar a ideia da mudança de hábito como a busca por uma evolução que permita uma aproximação com a razoabilidade universal, ou seja, a busca pela verdade baseada na realidade que se força sobre nós, por meio do desenvolvimento de interpretantes lógicos⁵ no método científico.

A mudança de hábitos em Peirce

Na busca por compreender os processos de significação complexos e a evolução da conduta racional, Charles Sanders Peirce (1839-1914) desenvolveu e aprimorou uma Máxima Pragmática que pudesse ser aplicada aos processos de representação que envolvem o pensamento e, portanto, à categoria de Terceiridade⁶. Nessa categoria, prevalecem as trocas sígnicas mais genuínas, de caráter predominantemente lógico.

Reescrita várias vezes, para Nesher (1983, p. 240), a máxima mais representativa de fase madura do lógico seria a de 1907: “Considere quais os efeitos que concebivelmente poderiam ter as consequências práticas que você concebe que o objeto de sua concepção tem; então, o hábito mental geral que consiste na produção destes efeitos é o significado total de seu conceito” (Peirce, 1907: MS 318).

Nessa versão, Peirce formula uma máxima autenticamente Realista, ou seja, a referência última é um processo que existe para além do pensamento, em continuidade a ele, uma vez que o Realismo atribui realidade a fenômenos universais e autônomos em relação à esfera humana (CP 5.604; CP 7.558). O significado do conceito é, então, associado a uma possível mudança de hábito como consequência dos resultados de um processo investigativo (PIMENTA, 2016).

⁵ Para Peirce, o signo é triádico, com três correlatos: signo, objeto e interpretante. O signo representa o objeto, mas porque o objeto determina esse signo, afeta-o de alguma forma. Contudo, a representação só se completa, porque causa um efeito em uma mente denominado interpretante (CP, 1.339) que pode ser de três tipos. O emocional refere-se a um primeiro momento de ação do signo, que causa algum sentimento. A partir disso, pode haver outro efeito, o qual determinará algum tipo de esforço físico ou mental, sendo assim, energético. Na elaboração mental, lógica, surge, por fim, o interpretante lógico (CP 4.536, CP 5.475)

⁶ Peirce propôs três categorias fenomenológicas. A Primeiridade é o universo das possibilidades, um contínuo de qualidades, e prescinde das demais. Já a Secundidade se refere ao existencial, à ação e reação, o conflito típico daquilo que existe, englobando também as possibilidades da Primeiridade. Por fim, a Terceiridade está relacionada a abstrações, padrões e hábitos, abarcando as possibilidades da Primeiridade e a existencialidade da Secundidade (CP 1.25, 1.35, 5.66, 1.536-537).

Segundo Santaella (2016), a noção de hábito é a principal responsável pela coerência entre as escalas de complexidade no trabalho de Peirce, que vão das suas categorias fenomenológicas até as ciências normativas (Estética, Ética e Lógica ou Semiótica), envolvendo os signos, as teorias da investigação, o pragmaticismo evolucionário, a metafísica, o Realismo radical e, especialmente, o Sinequismo.

Peirce compreende a Terceiridade como a formação de hábitos e refere-se a essa categoria como “a tendência de adquirir hábitos” (CP 1.32), especificamente, a capacidade *consciente* de adquirir hábitos (MS 681, 20–22). A ideia de hábito pressupõe continuidade no tempo, poder para evocar ideias e, também, mudança. Para compreender essa ideia paradoxal, pois, em geral, o hábito é uma tendência que pressupõe continuidade e não modificação, faz-se necessário tratar o hábito como parte do sinequismo⁷, “ou a doutrina de que tudo existe em continuidade” (CP 1.172). Nöth (2016) pontua que o sinequismo se manifesta na prática de um hábito, na tendência à generalização e na tendência das ideias a crescer e se espalharem. “Crenças somente são verdadeiras quando têm continuidade no tempo” (NÖTH, 2016, p. 41, tradução nossa).

Os hábitos, contudo, não seriam um fenômeno restrito ao humano, mas viriam da própria natureza. Para Peirce, as leis da física só se tornaram regularidades fixas após processos de evolução com a atuação do acaso, de forma a ampliar a variedade do mundo, até que se chegasse à uniformidade. O lógico defende que o universo está progredindo do acaso puro (Primeiridade) para um estado de completa determinação da lei (Terceiridade), em uma propensão a adquirir hábitos que evolui gradualmente e se fortalece. Desta forma, todas as coisas tenderiam a criar hábitos, sendo essa própria tendência uma regularidade continuamente em crescimento (W 5: 293; W 6: 208).

No entanto, os fatos não se conformam precisamente e uniformemente à lei. O tiquismo é o que define a regularidade imperfeita da natureza provocada por desvios infinitesimais da lei. Assim, o acaso é uma característica objetiva da natureza contrabalanceada com o papel dos hábitos (CP 6.46). As divergências causadas pelo acaso são raras e atuam devagar, mas são frequentes e fazem com que também a mente humana

⁷ “(...) O sinequismo é uma teoria metafísica e também um princípio metodológico. (...) Do lado metafísico, o sinequismo é uma descrição hipotética de um universo firmemente tecido, um universo tecido não em camadas do mesmo tipo de realidade, mas entre escalas de camadas. Do lado metodológico, o sinequismo é uma máxima para buscar conexões e camadas contínuas entre entidades ou eventos aparentemente desconexos” (ESPOSITO, p. 2, 2005, tradução nossa). “Aquela tendência do pensamento filosófico que insiste na ideia de continuidade como de importância primordial na filosofia e, em particular, na necessidade de hipóteses envolvendo a continuidade verdadeira” (CP 6.169).

seja flexível e instável; conseqüentemente alguns hábitos são deixados de lado e outros adotados (CP 6.101).

Assim, o acaso é uma fonte de criatividade que adia a tendência à estagnação. Para que o universo evoluísse, houve modificação nas leis da física e essas mudanças podem ser explicadas, então, pelo tiquismo, hábito e continuidade, por meio da doutrina do sinequismo. O acaso diferencia, ainda, a lei do hábito, tendo em vista que a lei não atua com exceções, enquanto o hábito leva em consideração exceções e desvios. “De acordo com isso, são três elementos ativos no mundo: primeiro, acaso; segundo, lei; e terceiro, aquisição de hábitos” (CP 1.409).

Nöth (2016) atenta, ainda, que a causa final do crescimento de um hábito não é avaliada pela própria lei do hábito, mas nos termos das ciências normativas. A “estética considera as coisas cujos fins são para incorporar qualidades de sentimento, ética [estuda] as coisas cujos fins estão na ação e lógica [estuda] as coisas cujo fim é representar algo” (CP 5.129). A ética é necessária na medida em que é um ideal que, deliberadamente, estamos preparados para adotar. Ela é reforçada pela estética, a qual nos conduz ao ideal pragmático último.

Por um lado, na estética, somos atraídos irresistivelmente para o que é admirável, ou seja, o crescimento da razão criativa no mundo; por outro lado, por meio da ética, o poder da autocrítica e do autocontrole levam à mudança de hábito, permitindo que a ação ética seja exercida por meio daquele ideal (SANTAELLA, 2016). Os hábitos ruins de raciocínio tendem a ser corrigidos pelos bons por meio do autocontrole possível com as normas e a crítica da lógica, as quais evidenciam se o hábito produz uma conclusão verdadeira ou falsa (NÖTH, 2016).

Por tudo isso, constata-se que a mudança de hábito assume papel central na teoria de Peirce, pois, sem ela, não pode haver evolução. Como interpretante lógico último, a mudança de hábito explicita a relação do pragmatismo evolucionário com a teoria dos signos, em que a constante mudança dos interpretantes dinâmicos tende ao interpretante final, um ideal pensável, mas concretamente inalcançável, pois a razão criativa está em constante ação:

Quando nossa sensibilidade é atraída por este ideal, nossos hábitos se regeneram graças à autocrítica e ao autocontrole, desencadeando nosso compromisso ético para nos tornarmos participantes, mesmo humildes, de um processo evolutivo que visa encarnar, cada vez mais, os ideais que se revelam razoáveis (SANTAELLA, 2016, p. 168, tradução nossa).

A mudança de hábito, os interpretantes lógicos e o método científico

Para Nöth (2016), o hábito exemplar associado à mudança de hábito é o conhecimento. “O conhecimento antigo é abandonado quando novas evidências levam ao *insight* de que ele é incompatível com a experiência e a realidade” (NÖTH, 2016, p. 57, tradução nossa). Sendo assim, adquirir o hábito da mudança de hábito atua como uma condição para o conhecimento e para a pesquisa científica, guiado pelo autocontrole (CP 5.487).

Peirce postulava que o método científico era o único capaz de fixar uma crença de forma independente de nossos pensamentos e opiniões, predominantemente, a partir da atuação de forças externas e do raciocínio. Segundo o que vimos, sua máxima pragmática propõe que o significado de um conceito é associado a uma possível mudança de hábito como consequência dos resultados de um processo investigativo (PIMENTA, 2016). Dessa forma, a mudança de hábito é admissível por meio do desenvolvimento de interpretantes lógicos. Em alguns de seus manuscritos, Peirce detalhou uma progressão desses interpretantes que foi estudada e esclarecida por Bergman (2016), no qual nos baseamos para apresentar os parágrafos seguintes, juntamente com os manuscritos do próprio Peirce.

Segundo Peirce, o primeiro interpretante lógico corresponderia aos conceitos em seu desenvolvimento inicial ou conjecturas (CP 5.480), ou seja, um julgamento abdutivo típico de sua natureza perceptual e, portanto, todos os novos conceitos seriam inseridos na mente a partir desses julgamentos nascentes (CP 5.546). Esse primeiro interpretante lógico pode ser compreendido, ainda, na forma do hábito como uma crença não analisada (CP 5.480), em que estão presentes rudimentos de um autocontrole deliberado. Assim, o primeiro interpretante lógico é compatível com a fase do lançamento de hipóteses a partir do problema de pesquisa, denominada Abdução (CP 5.196).

Nesse processo interno, emergem comparações e são possíveis pequenas mudanças das conjecturas, num movimento mais dedutivo⁸. Tais observações

⁸ Pimenta (2016) atenta que, na indução, a hipótese é disposta em um diagrama mental para que se possa alcançar seus desdobramentos, eventualmente por meio de sub-hipóteses, a partir de experimentações mentais. Com isso, é possível subtrair os aspectos mais plausíveis para a compreensão do problema e, assim, levá-los adiante na investigação. A partir do diagrama montado, é necessário levantar as consequências práticas possíveis para que, em seguida, ocorra o teste empírico. Assim, os aspectos gerais das ideias, típicos das hipóteses, são transportados para uma realidade concreta, tornam-se eventos singulares, por meio de inferências dedutivas (CP 4.549).

caracterizam os primeiros passos para o controle e a mudança de conduta tendo em vista futuras consequências. Quando as conjecturas iniciais começam a ser delineadas mais claramente, trata-se do segundo interpretante lógico inferior; no momento em que é possível observar relações entre as conjecturas revisadas que levam a generalizações, trata-se do segundo interpretante lógico superior (MS 318: 45). Esse último é caracterizado por uma experimentação na imaginação a qual pode levar a um tipo de "habituação" que realmente guie nosso comportamento quando surgirem as circunstâncias (CN 3: 278). Ou seja, trata-se da mudança de hábito, mas no âmbito interno da mente.

Peirce fala muito pouco sobre o terceiro interpretante lógico, mas Bergman (2016) destaca o fato de que, se esse interpretante fosse constituído apenas pelos segundos interpretantes lógicos, o pragmatismo estaria limitado à exposição mental interior dos hábitos. Adicionalmente, Peirce diz que o terceiro interpretante lógico é acionado quando a atividade passa “do teatro da experiência interna para o da experiência externa” (MS 318: 46). Assim, depois do segundo, ou até mesmo logo em seguida ao primeiro interpretante lógico, ocorre uma “experimentação externa, que, como os experimentos internos, pode levar a modificações de hábito, mas provavelmente com força confirmatória ou disruptiva mais definida” (BERGMAN, 2016, p. 193, tradução nossa).

Externamente, as concepções passam para a experimentação pública, afetando uma comunidade social mais ampla, e pode ocorrer “uma reconciliação ou interajuste entre a razão e os fatos da experiência” (LI 392 [1908]). Desta forma, para Bergman (2016), se o primeiro e o segundo interpretante lógicos são, predominantemente abduativos e dedutivos, respectivamente, o terceiro seria indutivo. “Contudo, nenhuma dessas fases de interpretação é redutível a uma forma pura de raciocínio como tal. Além disso, essas não são divisões rígidas” (BERGMAN, 2016, p. 193, tradução nossa).

Comprendemos que Houser (2016) reforça a ideia de uma experimentação pública atuando em uma comunidade social mais ampla na medida em que

o pensamento é intrinsecamente um processo externo e essa mente é uma rede relacional de signos (consistindo fundamentalmente de concepções gerais interrelacionadas e hábitos interpretativos associados) da qual participamos e na qual operamos, mas que não é realmente nossa. (...) Peirce ampliou o escopo da mente para abranger toda a ação do signo - qualquer processo governado por propósito ou causalidade final. A mente é a base de toda semiose (HOUSER, 2016, p. 386, tradução nossa).

Para Peirce, a essência de um estado mental é lógica ou funcional, não física, e, portanto, a mente não depende da incorporação (CP 7.364), o que Houser (2016) compara a um programa de computador. O comentador ressalta que as mentes operativas poderiam, então, ser incorporadas em instituições, tradições, práticas culturais ou artefatos e que, para Peirce, essas mentes estendidas servem como base cognitiva para o pensamento humano, ou seja, para semiose.

A ideia de mente externa faz sentido quando compreendemos que, em Peirce, a mente da natureza é um conceito central. Os sistemas das leis naturais que evoluíram para direcionar a operação física do universo formaram uma mente generalizada que é retomada em aspectos cruciais nas submentes desenvolvidas sob sua influência. Sendo assim, Houser (2016) ressalta que, a sobrevivência das espécies depende da afinidade com a mente da natureza o que, para Peirce, ocorreria por instinto. Até mesmo o desenvolvimento da mente individual num processo de investigação seria uma “simples flor” do “vasto complexo” pertencente a mente instintiva (CP 5.212).

Houser (2016) pontua, ainda, que para Peirce, as partes das mentes se reuniriam em uma única mente, chamada de “commens” (EP 2:478). Dessa forma, o pensamento compreendido como uma mente compartilhada pode operar em indivíduos separados e até mesmo em grupo, mas também é possível uma mente autônoma produzida pela investigação social (pensamento comunitário) que é amplamente distribuída entre os grupos nas submentes dos seus integrantes. O pensamento humano é o mais dependente desta mente social.

Para Peirce, a ciência seria a instituição que apoiaria a aspiração humana de avançar no conhecimento, dirigida por anseios intelectuais e pelo simples desejo de saber. A ciência como um modo de vida, como a busca pelo conhecimento e a “devoção à verdade que o homem ainda não é capaz de ver, mas está esforçando-se para obter” (HP 1: 490–491).

Apresentada a mudança de hábitos como ponto de partida, poderemos discorrer sobre o que os comentadores tratam em relação especificamente à verdade em Peirce.

Peirce e a verdade

Para tentarmos propor um caminho de compreensão sobre a noção de verdade em Peirce, podemos retomar a ideia da mudança de hábito como procura por uma evolução

que permita uma aproximação com a razoabilidade universal e, assim, seria uma busca pela verdade baseada na realidade que se força sobre nós, por meio do desenvolvimento de interpretantes lógicos no método científico. Essa ideia está de acordo com a proposta de Ibri (1999). Segundo ele, a verdade para Peirce segue em constante formação, de acordo com dois dos modos dispostos pela sua Faneroscopia, quais sejam, o acaso na Primeiridade e a lei na Terceiridade, ideias que já apresentamos ao falar sobre hábitos.

Nessa visão, não existiria uma verdade final, quando não se pode alcançar um mundo acabado. Segundo Ibri (1999), é a ação do acaso que sustenta o Falibismo de Peirce (CP 1. 141): as representações são falhas, porque o mundo ainda está em construção e permanece indeterminado perante as leis absolutas reguladoras. As verdades seriam, assim, tendências predominantes, mas que podem sofrer desvios severos.

Outros autores se baseiam em citações bastante conhecidas acerca da verdade, em Peirce, para discorrer sobre o assunto. Tais trechos estão disponíveis no quadro abaixo (Quadro 1):

Quadro 1 – Citações mais conhecidas em Peirce sobre a verdade

Citação 1 - A opinião que está fadada a ser acordada por último por todos que investigam, é o que nós queremos dizer por verdade, e o objeto representado nessa opinião é o real” (CP 5.407).

Citação 2 - A verdade é aquela concordância sobre uma afirmação abstrata com o limite ideal para o qual a investigação infinita tenderia a trazer a crença científica, concordância que a afirmação abstrata pode possuir em virtude da confissão de sua inexatidão e unilateralidade, e essa confissão é um ingrediente essencial da verdade (CP 5.565).

Fonte: THAYER, 1981.

Meyers (2005), a partir da citação 2 do quadro 1, aborda que a teoria da verdade de Peirce inicialmente prevê que todas as questões serão respondidas ao longo de uma investigação, pois, se a questão tem um significado claro, não é filosoficamente plausível pensar que não haverá resposta se a pesquisa persistir durante tempo suficiente (CP 5.409). Isso significa que seria logicamente possível responder a todas as perguntas colocadas, mas, para Meyers (2005) não confirma que haverá, sem dúvidas, respostas como Peirce pretende. Para cada questão haverá uma possível descoberta, mas não é certo que uma descoberta realmente ocorrerá

A possibilidade como ocorrência é uma ideia atrelada ao nominalismo, corrente filosófica que Peirce adotou em sua fase mais jovem, ou seja, apenas particulares e qualidades instanciadas seriam reais. Segundo Meyers (2005), uma possibilidade real é aquela que vai ocorrer em algum tempo e, se não ocorrer, é porque é impossível, mas,

caso ocorra, a explicação é a sua necessidade. Tendo em vista a mudança de nominalista para realista de Peirce, conforme pontua Meyers (2005), o lógico passa a defender que os cientistas vão de “de totalmente persuadidos” de que a investigação finalizaria cada questão para “animados por uma esperança positiva” de que isso ocorrerá (CP 6.610).

Além disso, Peirce não é mais taxativo ao determinar que os resultados tenderão para um centro destinado, mas “se moverão para ele”. Por fim, muda “esta grande lei” encontrada em cada concepção de verdade para “essa grande esperança” (CP 6.610). “Infelizmente, a maioria das edições dos escritos de Peirce falham em notar essas mudanças (...), com o resultado de que a maioria dos leitores não está ciente do problema” (MEYERS, p. 327, 2005, tradução nossa).

Para Liska (2019), contudo, alcançamos a certeza de uma resposta final se compreendermos a teoria convergente da verdade, em Peirce, a partir da Lei dos Grandes Números na matemática.

À medida que vamos tirando inferência após inferência do tipo dado, durante os primeiros dez ou cem casos, pode-se esperar que a proporção de sucessos mostre algumas flutuações consideráveis; mas quando chegamos aos milhares e milhões, essas flutuações tornam-se cada vez menores; e se continuarmos por tempo suficiente, a proporção aproximar-se-á de um limite fixo (CP 2.650).

Peirce defende o método científico como o melhor para a fixação das crenças, conforme abordamos, por meio dos movimentos de abdução, dedução e indução. Este último seria o principal método para encontrar falhas nas hipóteses e promover autocorreção (CP 2.279). Na indução, as hipóteses são testadas a partir de amostras, um método de certeza matemática por causa da Lei dos Grandes Números que permitiria, por princípio, capturar a verdade em meio às hipóteses falsas (LISKA, 2019).

Segundo Liska (2019), a teoria convergente da verdade de Peirce apresenta três modalidades: (1) subjuntiva – a investigação possivelmente convergiria para verdade; (2) indicativa – ao longo do tempo, a investigação vai convergir para verdade, como já ocorreu outras vezes; (3) expectativa – a prova de possibilidade e a existência de verdades já estabelecidas justificam a esperança na verdade alcançada pela investigação, e os cientistas atuam como se isso ocorresse de fato, o que é um ideal regulador para as pesquisas que ainda virão.

Há, ainda, três diferentes sentidos de convergência utilizados por Peirce: aproximação da verdade, resultado destinado da investigação (todos os caminhos levarão

ao mesmo resultado) e convergência da opinião (consenso apontando que os resultados alcançados são suficientes para tomá-los como verdade). O primeiro deles seria alcançado por meio da indução no método científico e é o mais fundamental, porque todos os outros dependem dele. É o método que pode, também, apontar quando as hipóteses devem ser descartadas (LISKA, 2019).

Diferente do primeiro sentido que aborda os métodos da investigação, o segundo trata sobre os seus resultados. Peirce defende que a investigação sobre uma mesma questão, ao longo do tempo, alcança o mesmo resultado (CP 8.12). Essa ideia reforça que os resultados de uma pesquisa experimental podem ser reproduzidos por outros grupos de cientistas (LISZKA, 2019). O terceiro sentido de convergência está proposto em “Como tornar nossas ideias claras”, na citação 1 do Quadro 1.

Em Como Tornar Nossas Ideias Claras, o significado da verdade está de acordo com a máxima pragmática, em que o esclarecimento do conceito de verdade é melhor alcançado em termos de suas consequências práticas, sendo que a principal delas levaria a um consenso de opinião (LISKA, 2019, p. 98).

Liska (2019) ressalta que esse terceiro sentido deve ser bem explorado para estar em consonância com os demais. O autor chama atenção para o fato de que Peirce utiliza opinião e não crença, o que é justificado pelo próprio Peirce:

(...) crença, isto é, a adoção de uma proposição como um *ktéma es aei* [uma posse para sempre] (...) não tem lugar na ciência. Acreditamos na proposição para a qual estamos prontos para agir. A crença plena é a disposição de agir de acordo com essa proposição em crises vitais; a opinião é a disposição de agir de acordo com ela em assuntos relativamente insignificantes. Mas a ciência pura nada tem a ver com ação. As proposições que aceita, ela simplesmente escreve na lista de premissas que se propõe a usar [...]. Suas proposições aceitas, portanto, são opiniões, no máximo ... (CP 1.635, 1898).

Esclarecido o conceito de opinião, Liska (2019) explica que por “fadada” (fated) Peirce quer dizer um resultado inevitável da ação ou pensamento (CP 5.407), ou seja, qualquer pesquisador chegará ao mesmo resultado, o que está de acordo com o segundo sentido de convergência proposto. Como um realista, Peirce visualiza uma ligação dos resultados da investigação, por meio da indução, e a concordância que será proposta na forma de uma opinião presente nas hipóteses em teste. Os resultados vão se aproximando da verdade e convergem quanto mais próximos dela estão. A opinião será mantida de

acordo com tais resultados, os quais fazem dela inevitável, ou seja, os resultados da pesquisa são a razão para se aceitar uma opinião.

A adoção de uma teoria a partir da evidência não é simplesmente causal, mas uma instância ética sustentando a lógica. “Isso é por que Peirce considera a lógica uma ciência normativa, uma vez que é como as pessoas deveriam raciocinar, não como eles de fato fazem”, pontua Liska (2019, p. 100). Assim, mesmo quando há resistência em relação a uma nova teoria que, no longo prazo, mostra-se verdadeira, os pesquisadores ficam em torno de uma opinião que está “fadada” a ser aquela, como um acordo final, ao qual, algumas vezes, Peirce refere-se como opinião final. Seria realmente aquela última opinião, sem razões para que se duvide dela, a qual outras investigações não conseguirão refutar.

Contudo, Liska também não deixa de apontar, como Ibri (1999), que mesmo com a possibilidade de se alcançar a verdade sustentada pela Teoria dos Grandes Números, por meio da indução, não há uma absoluta certeza, tendo em vista o Falibilismo, por meio do qual Peirce reafirma não ser possível existir uma certeza absoluta. A certeza matemática proveniente das Teoria dos Grandes Números permitiria uma certeza indutiva, algo “quase certamente” para Peirce (CP 6.474), como se houvesse verdades estabelecidas, e os investigadores agem como se o fosse, no que Liska (2019) denomina de certeza prática. Seria o momento em que, por meio da indução, já há evidência suficiente para que se passe agir de acordo com aquela hipótese, por exemplo, ninguém duvida dos poderes da gravidade. Para o pesquisador, pensar como se existisse uma verdade estabelecida estimula novas pesquisas e, portanto, caminha de forma conjunta com o Falibilismo.

Pelo fato de que os falibilistas não mantêm nada absolutamente certo, mas permitem que qualquer coisa seja questionada e continuem a ser questionados, ficam mais certos do que não continuam a duvidar. Em outras palavras, se os investigadores não podem, por meio de testes rigorosos, encontrar qualquer erro na hipótese, o suficiente para rejeitá-la, então há ainda mais razão para não duvidar disso (LISKA, 2019, p. 103, tradução nossa).

De qualquer forma, é sempre possível que uma alegação seja descoberta falsa. Se for assim, segundo Liska (2019), a verdade só seria encontrada quando todas as investigações convergissem para um mesmo resultado, ou seja, seria preciso aguardar tal convergência e uma concordância entre as opiniões formadas. Entretanto, Liska (2019)

reforça que a convergência da verdade é garantida pela Matemática, ciência na mais alta hierarquia para Peirce, que fornece princípios para as demais. “Essencialmente, a indução resolve o problema inferindo o caráter do todo, a partir de uma amostra de suas partes, evitando assim a necessidade de esperar até algum fim indefinido para a investigação” (LISKA, 2019, p. 106, tradução nossa). Assim, é possível uma certeza prática para as verdades estabelecidas.

(...) Há motivos agora para acreditar na teoria, pois acreditar é a disposição de arriscar muito em uma proposição (...). Nós os chamamos de verdades estabelecidas pela ciência (...). Existem certas inferências que, consideradas cientificamente, são, sem dúvida, hipóteses e, no entanto, são praticamente certas (...). Essas são verdades estabelecidas (CP 5.589, 1898).

Assim como Meyers (2005), Liska (2019) pontua que, ao longo do tempo, Peirce passa a falar mais sobre uma esperança de que a investigação estabeleça a verdade (CP 6.610), chamando atenção, também, para as mudanças realizadas em “Como tornar nossas ideias claras” quando foi republicada. Para Liska (2019), a prova da possibilidade funciona, assim, como um princípio regulador para a investigação.

O que sustentaria essa versão reguladora é a certeza matemática da possibilidade de uma convergência para a verdade e outras pesquisas que já resultaram em verdades estabelecidas. Assim, mesmo com a mudança de tom para uma esperança no estabelecimento de uma opinião final, ao contrário de Meyers (2005), Liska (2019) defende que Peirce não desistiu de sua teoria convergente da verdade. O lógico deixa claro que a investigação pode ser finalizada em um ponto que não seria suficiente para finalizar a questão e, assim, os pesquisadores podem apenas ter esperança de que a investigação permaneça até o sucesso.

Thayer (1981) tem uma visão semelhante à de Liska (2019). O comentador diz que, para Peirce, a prática contínua de crítica, investigação e teste pode gerar opiniões mais precisas, ou seja, mais falsas ou verdadeiras, levando a investigação científica até um “limite ideal” em concordância com uma “afirmação abstrata”. A expectativa, assim, é de que, com o progresso da ciência e a constante investigação, as chances de erro diminuam. Thayer (1981) ressalta que não há certeza se uma investigação continuará indeterminadamente e tenderá para uma concordância final, mas que Peirce acreditava em ambas as suposições.

Defendendo essa perspectiva, Thayer (1981) explica que Peirce nasceu no meio do século XIX, considerado como o século do progresso, sendo assim, confiava na “irresistível evolução da razoabilidade concreta” (THAYER, 1981, p. 126, tradução nossa). Dessa forma, para o lógico, a comunidade de investigação é uma disposição cósmica, ou seja, ainda que a vida inteligente fosse exterminada na Terra, haveria outras do mesmo tipo no restante do universo. Tal ideia é baseada na história da ciência que mostrou uma tendência de aperfeiçoar a concordância por meio da aceitação ou rejeição de crenças, em um cenário de informações e experiências prévias que tornam seu acontecimento, detecção e apreciação possíveis. Peirce defendia que as dúvidas tenderiam a aumentar junto com a ampliação do conhecimento, o que é acompanhado pelo crescimento do número de respostas, pois o método de investigação também se torna cada vez mais eficiente e preciso (THAYER, 1981).

Com o desenvolvimento da teoria dos signos de Peirce, houve uma mudança “no desenvolvimento dos procedimentos especializados de análise e dos conceitos para expressar” o significado de verdade (THAYER, 1981, p. 130, tradução nossa). Esclarecer a verdade tornou-se a função de alguns tipos de signos que precisam satisfazer certas condições por meio de processos de interpretação. No caso, a verdade dependeria das proposições (CP 5.553) que são dicissignos, “um tipo de signo que transporta informação” (CP 2.309; CP 2.320), sendo relativo a “alguma coisa como tendo uma existência real” (CP 2.310). Os dicissignos são, ainda, “um signo que indica separadamente seu objeto” (CP 5.569), ou seja, “o sujeito é um signo; o predicado é um signo; e a proposição é um signo de que o predicado é um signo daquilo do qual o sujeito é um signo. Se for assim, é verdadeiro” (CP 5.553).

A concordância da tríade - (1) a proposição abstrata, (2) o que seria acreditado se a investigação fosse levada longe o suficiente, (3) e o que é real - o objeto da crença - é o que a verdade significa. A tríade é uma ordem de signos: o enunciado abstrato é um signo e uma interpretação da crença, que por sua vez é um signo e uma interpretação da coisa real do que pode ser verdadeiramente representado (THAYER, 1996, p. 9, tradução nossa).

Baseado nas ideias de Peirce (CP 2.315; CP 5.553; CP 5.569), Thayer (1981, p. 130) resume, de forma mais direta, que “uma proposição verdadeira será aquela cujo representamen, como interpretado, é um indicativo (e um índice) de objetos reais como representados”. Assim, uma proposição verdadeira é “aquela para qual cada interpretação

disso é verdade” (CP 5.569). Segundo Thayer (1981), é no desenvolvimento de interpretantes das proposições e suas questões na experiência que tais proposições serão aceitas ou refutadas, e a verdade ou falsidade vai ser descoberta, ou seja, ainda que o autor não cite diretamente, é a indução que pode apontar essa verdade:

(...) Um interpretante da proposição, se acreditado, produziria a expectativa de uma certa descrição de percepção em certa ocasião. A ocasião chega: a percepção que nos é imposta é diferente. Isso constitui a falsidade de cada proposição da qual a predição decepcionante foi o interpretante. (...) Uma proposição verdadeira é uma proposição-crença a qual nunca levaria a tal decepção, desde que a proposição não seja entendida de outra forma do que se pretendia (CP. 5.569).

Para Thayer (1981), teoricamente, as interpretações seriam infinitas, sem última análise ou última interpretação. A incompletude seria, dessa forma, positiva e essencial para que a verdade se desenvolvesse em comunidade e de formas públicas. Mas, caso existisse uma verdade final, não estaria na ciência, mas na estética, como última aquisição e mais alta tradução de todos os pensamentos (CP 5.594).

De posse de todas essas ideias, podemos concluir que a verdade seria possível a partir de um processo semiótico genuíno e, portanto, quando há preocupação com qualidade do signo, em um processo não operado por máquinas. Além disso, a tentativa seria pela aproximação do objeto dinâmico, na relação signo-objeto, ou seja, no exercício de um jornalismo que vai até esse objeto e não está refém de outros fatores. Por fim, depende do desenvolvimento de interpretantes lógicos, o que significa um jornalista que exerce a autocrítica e heterocrítica. Assim, é capaz de mudar a própria concepção do processo noticioso e estimular o público a exercer sua autocrítica, inclusive em relação à própria agência de checagem.

REFERÊNCIAS

BERGMAN, Mats. Beyond Explication: Meaning and Habit-Change in Peirce’s Pragmatism. *In*: WEST, Donna E; ANDERSON, Myrdene (eds). **Consensus on Peirce’s**. Concept of Habit Before and Beyond Consciousness. Cham, Suíça: Springer International Publishing, 2016, p. 171-197

HOUSER, Nathan. Social Minds and the Fixation of Belief. *In*: WEST, Donna E; ANDERSON, Myrdene (eds). **Consensus on Peirce’s**. Concept of Habit Before and Beyond Consciousness. Cham, Suíça: Springer International Publishing, 2016, p. 379-400.

IBRI, Ivo Assad. Verdade e Continuum. **Hypnos**. São Paulo, n. 2, p. 280-299, 2º semestre 1999. Disponível em: <https://bit.ly/36OiAUQ>. Acesso em 20 jul. 2021.

LISZKA, James Jakób. Peirce's convergence theory of truth redux. **Cognitio**. São Paulo, v. 20, n. 1, p. 91-112, jan./jun. 2019. Disponível em <https://bityli.com/wNnwZ>. Acesso em 11 mai. 2021.

MEYERS, Robert G. Peirce's "Cheerful Hope" and the Varieties of Realism. **Transactions of the Charles S. Peirce Society**. Bloomington, v. 41, n. 2, primavera 2005, p. 321-341. Disponível em: <https://bit.ly/2VVDO0z>. Acesso em 11 abr. 2021

MICHAEL, Fred. Two Forms of Scholastic Realism in Peirce's Philosophy. **Transactions of the Charles S. Peirce Society**. Bloomington, v. 24, n. 3, p. 317-348, verão 1988. Disponível em : <http://www.jstor.org/stable/40320219>. Acesso em 31 out. 2021.

NESHER, Dan. A pragmatic theory of meaning: a note on Peirce's 'last' formulation of the pragmatic maxim and its interpretation. **Semiotica**. [s. l], 44(3/4), p. 203-257, 1983.

NÖTH, Winfried. Habits, Habit Change, and the Habit of Habit Change According to Peirce. In: WEST, Donna E; ANDERSON, Myrdene (eds). **Consensus on Peirce's**. Concept of Habit Before and Beyond Consciousness. Cham, Suíça: Springer International Publishing, 2016, p. 35-64.

PEIRCE, Charles S. **Collected Papers**. 8 vols. Cambridge: Harvard University Press, 1931-1958 [As referências serão designadas por CP, seguido por volume, ponto e número do parágrafo].

PEIRCE, Charles S. Manuscritos - Os manuscritos de Peirce na Biblioteca da Universidade Tecnológica do Texas (Instituto de Estudos do Pragmatismo), começando com MS - ou L para carta (*letter* em inglês) - e seguidos por um número, referem-se ao sistema de identificação estabelecido por Richard R. Robin no Annotated Catalogue of the Papers of Charles S. Peirce (Amherst: University of Massachusetts Press, 1967), disponível também em: <https://bit.ly/2UgoICj>, acesso em 15 jul. 2021; ou em Richard R. Robin, "The Peirce Papers: A Supplementary Catalog," *Transactions of the Charles S. Peirce Society*. Alguns dos manuscritos estão disponíveis *online* em: <https://bit.ly/3rb0RA0>. Acesso em 15 jul. 2021.

PIMENTA, Francisco. **Ambientes multicódigos, efetividade comunicacional e pensamento mutante**. São Leopoldo, Unisinos, 2016.

SANTAELLA, Lucia. The Originality and Relevance of Peirce's Concept of Habit. In: WEST, Donna E; ANDERSON, Myrdene (eds). **Consensus on Peirce's**. Concept of Habit Before and Beyond Consciousness. Cham, Suíça: Springer International Publishing, 2016, p. 153-170

THAYER, H.S. Peirce on Truth. In: SUMNER, Leonard; SLATER, John G.; WILSON, Fred. **Pragmatism and Purpose**. Toronto, University of Toronto Press, 1981, p. 121-132. Disponível em: <https://bityli.com/3wwrC>. Acesso em 17 jul. 2021.